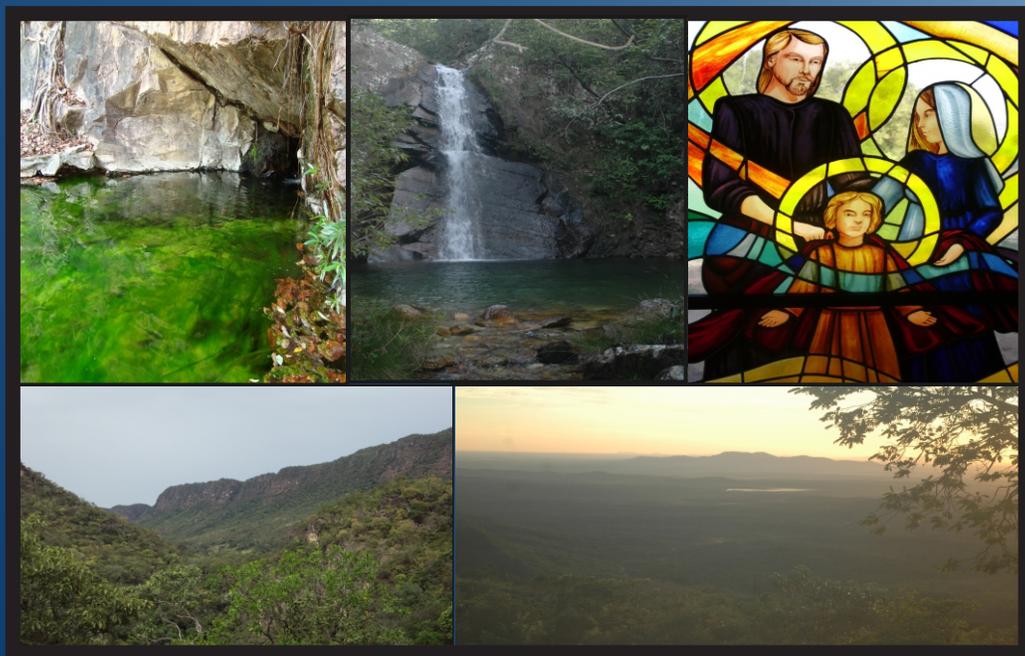


OFICINA DE EDUCAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE

Proseando sobre a Sociedade e a Natureza no Município de Paranã



Secretaria do
**Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustent** vel



CONFIANÇA RENOVADA

Paraná-TO, 2013

Esta publicação foi produzida pela Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMADES visando a divulgação da Oficina de Educação para Sustentabilidade no Município de Paranã

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado do Tocantins

ALAN BARBIERO
Secretário do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

ALEXANDRE TADEU DE MORAIS RODRIGUES
Presidente do Instituto Natureza do Tocantins

Equipe Técnica:
MARLI TERESINHA DOS SANTOS
Diretora do Departamento do Meio Ambiente e Florestas

ANGÉLICA BEATRIZ CORRÊA GONÇALVES
Inspetora de Recursos Naturais

RUBENS PEREIRA BRITO
Diretor de Políticas e Instrumentos de Gestão Ambiental

CRISTIANE PERES DA SILVA
Assessora Executiva

BRUNA DE ALMEIDA
Bióloga

DALLYLA TAÍS MILHOMEM
Bióloga

AION ANGELU FERRAZ SILVA
Geógrafo

Diagramação:
FERNANDA MARIA SILVA
Inspetora de Recursos Naturais

**GRUPO DE TRABALHO PARA CRIAÇÃO DE UNIDADES
DE CONSERVAÇÃO - GTUC**

Portaria SEMADES Nº 48 de 09/12/2011

SEMADES

Angélica Beatriz Corrêa Gonçalves

Cristiane Peres da Silva

SEPLAN

Aida Lina Branco Paiva

Paulo Augusto Barros de Sousa

NATURATINS

Denise Gomes Loureiro

Rosilene Maria de Cássia Maciel dos Reis

Ruberval Barbosa Alencar

Carlos Sérgio Gomes

Yara Lúcia de Sousa Lima

OFICINA DE EDUCAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE

Proseando sobre a Sociedade e a Natureza no Município de Paranã

INTRODUÇÃO

Paraná é uma palavra tupi-guarani que significa “*braço de rio parecido com o mar*”, e dá nome ao município localizado na região sul do Estado do Tocantins, distante 304 km da capital, no interflúvio dos rios Palma e Paranã. Sua história de ocupação é antiga e remonta ao período do Ciclo do Ouro, no século 18.

O município possui importantes atrativos naturais e culturais, como as águas termais da Serra das Caldas e a festa do Divino Espírito Santo e de São João Batista, padroeiro da cidade.

Com uma população de aproximadamente 10 mil habitantes, ocupando principalmente a zona rural, tem a pecuária como uma das atividades econômicas mais expressivas.

Abriga locais de grande beleza cênica, como a Serra das Traíras, onde se localiza o pico mais alto do Tocantins, com 1.350 metros de altitude, na fronteira com o Estado de Goiás.

Garantir o equilíbrio entre a proteção dos recursos naturais e o desenvolvimento do município de Paranã, por meio da criação de uma unidade de conservação, é um desafio que o Governo do Estado se propõe a enfrentar, focado nos princípios da cidadania e da sustentabilidade.

Para falar de sustentabilidade propomos, a seguir, um diálogo sobre os seguintes temas: organização social, políticas públicas, recursos naturais, zoneamento ecológico-econômico, ICMS Ecológico e unidades de conservação.

ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Uma sociedade não tem condições de sobreviver se não apresentar certa organização e relacionamento entre seus membros.

A organização social é o conjunto de relações entre membros de um grupo, entre grupos ou entre pessoas e grupos. A organização social engloba os diversos campos de atuação humana:

- econômico (atividades produtivas, comércio, serviços);
- político (governo);
- religioso (líderes espirituais e fiéis);
- classes (associações, movimentos sociais, entre outros).

A comunidade de Paranã organiza-se de diversas formas por meio de associações, grupos religiosos, entidades, instituições e outros.



A comunidade de Paranã se organiza para comemorar o Divino Espírito Santo e São João Batista, padroeiro do município.

Procissão fluvial



POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA NECESSIDADE REAL

As políticas públicas são «*um conjunto de orientações que visam o bem estar do cidadão*». Este bem estar está relacionado ao acesso a uma boa alimentação, saúde de qualidade, habitação digna, transporte adequado e proteção dos recursos naturais. As políticas públicas possuem algumas características que se apresentam como pontos norteadores para sua execução, que são:

- responder a problemas concretos;
- atender a necessidades sociais;
- responder às demandas da sociedade;
- regular os conflitos entre os diversos atores sociais;
- utilizar instrumentos próprios da democracia participativa;
- ampliar e efetivar direitos de cidadania;
- promover o desenvolvimento.

Para implantar as políticas públicas, o poder público busca recursos financeiros junto às instituições nacionais e internacionais, visando realizar as ações que irão atender às demandas da sociedade. Podemos citar como exemplo de políticas na área de transporte, a substituição de pontes de madeira por pontes de concreto na zona rural de Paranã, por meio do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável - PDRS, coordenados pela SEPLAN com recursos doados pelo Banco Mundial. Essa ação garantiu melhor acesso e facilidade para o deslocamento dos moradores locais até a sede do município.

Outro projeto que beneficiará o município de Paranã, é o Projeto Barraginhas, direcionado aos ribeirinhos, às comunidades quilombolas e agricultores familiares, o qual realizará a construção de 240 barragens de contenção de águas superficiais de chuvas, de forma a impedir o avanço da degradação do solo provocada pelas enxurradas e evitar que sedimentos (terra, pedregulho e folhagem) entulhem os córregos e rios da região. O projeto será coordenado pelo Departamento de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos da Semades, e será executado pela Secretaria da Infraestrutura do Estado.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

As unidades de conservação são espaços territoriais e seus recursos ambientais com características naturais relevantes, criadas com objetivos de conservação em limites definidos, sob regime especial de administração e proteção.

Elas podem ser de proteção integral, onde é permitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, cujas categorias são:

- Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre.

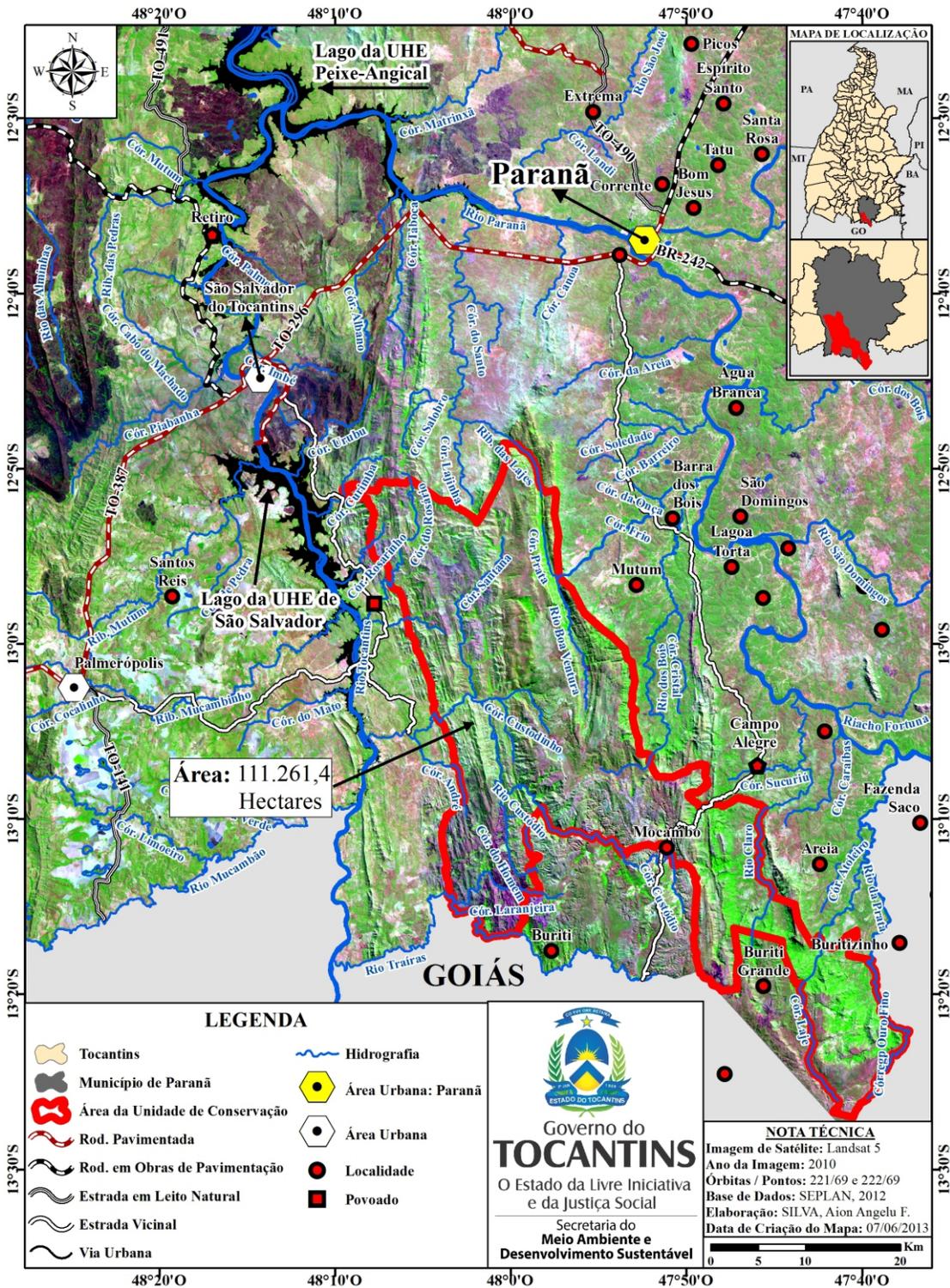
E podem ser também de uso sustentável, onde é permitido o **uso direto** dos recursos naturais, cujas categorias são:

- Área de Proteção Ambiental - APA, Área de Relevante Interesse Ecológico - ARIE, Floresta Nacional - FLONA, Reserva Extrativista - RESEX, Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS e Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN.

A categoria de unidade de conservação proposta para o município de Paranã é um **parque** e tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, localizado na região da Serra das Caldas e Serra das Traíras, envolvendo as cabeceiras de rios e córregos que compõem a sub-bacia dos rios Paranã e Tocantins.

As atividades permitidas em um parque são as pesquisas científicas, o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, a recreação e o turismo ecológico. O parque é de posse e domínio público, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

ÁREA EM ESTUDO PARA CRIAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL ÁGUAS DE PARANÁ



RECURSOS NATURAIS

Os recursos naturais são espaços presentes no ambiente natural, de grande utilidade à vida humana, tanto para sua sobrevivência como para o desenvolvimento das relações interpessoais. Esses podem ser divididos entre os **renováveis** e os **não renováveis**.

Os recursos não renováveis abrangem todos os elementos que são usados nas atividades antrópicas (atividades realizadas pelos seres humanos), e que não tem capacidade de renovação. Com esse aspecto existem: o alumínio, o ferro, o petróleo, o ouro, o estanho, o níquel, o manganês e muitos outros. Isso quer dizer que quanto mais se extrai, mais as reservas diminuem. Diante desse fato é necessário adotar medidas de consumo comedido, poupando recursos para o futuro e fazendo uso bem planejado e sustentável.



Na região do Mocambo, uma exploração de manganês clandestina, sem alvará de autorização do DNPM, foi localizada e teve as máquinas lacradas por fiscais do Naturatins

Ação de vistoria
no local

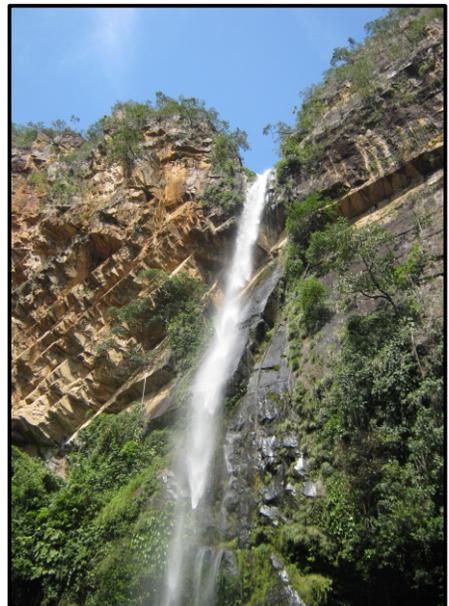


A história do município de Paranã está relacionada com o Ciclo do Ouro que era a base econômica da região no período de 1740 a 1770. Atualmente sabe-se que empresas de exploração mineral apresentaram requerimentos para pesquisa de ferro, ouro, areia e manganês em Paranã, especialmente na região do Mocambo e rio Traíras. Essa autorização é obtida junto ao órgão federal, o Departamento nacional de Produção Mineral - DNPM.

É importante que o processo de pesquisa e exploração seja feito de forma ordenada e que as áreas utilizadas sejam devidamente recuperadas. Além disso, os ganhos futuros com a produção mineral deverão ser revertidos em apoio ao desenvolvimento do município.

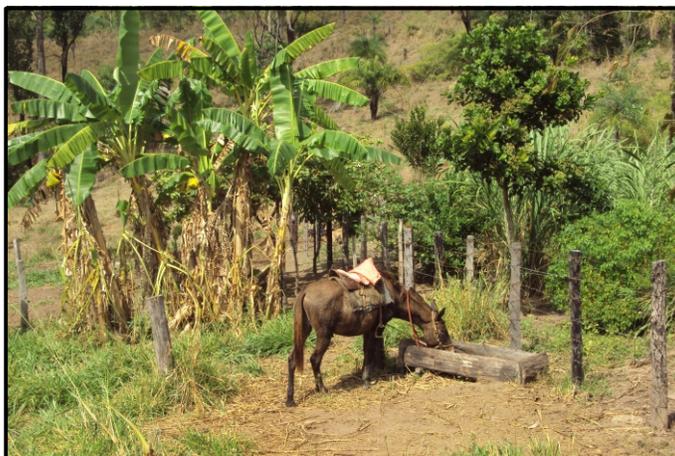
Já os recursos renováveis detêm a capacidade de renovação após serem utilizados pelos seres humanos em suas atividades produtivas. Os recursos com tais características são: florestas, águas e solos. Se adotado o uso ponderado de tais recursos, certamente não se esgotarão.

A região da microbacia do Rio Claro, nas imediações do Distrito de Campo Alegre, apresenta vegetação bem conservada e belas cachoeiras.





Produção de banana, abóbora e gergelim do Sr. Josino. na Larga do Januário.



Produção de frutas do Sr. João, na Larga do Januário

TODOS PODEM GANHAR COM A SUSTENTABILIDADE

1. A comunidade local melhora a sua renda
2. A sociedade como um todo cresce com uma economia fortalecida.
3. Promove-se a qualidade do meio ambiente, aumentando nossa qualidade de vida.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO AOS RECURSOS NATURAIS

No Estado do Tocantins, os órgãos responsáveis pelas questões ambientais são a Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMADES) e o Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins). Em resumo, a SEMADES planeja e elabora as políticas e o Naturatins as executa.

Zoneamento Ecológico-econômico do Tocantins

O Zoneamento é um instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente para o planejamento do uso do solo e da gestão ambiental e consiste na delimitação de zonas ambientais e atribuição de usos e atividades compatíveis em cada zona, segundo as suas características, potencialidades e restrições, buscando a sustentabilidade ecológica, econômica e social. O principal objetivo do zoneamento é compatibilizar o crescimento econômico e a proteção dos recursos naturais.

O Estado do Tocantins, em seu zoneamento, definiu áreas com potencialidade para cada uso, e entre essas estão as chamadas «áreas prioritárias» para a criação de Unidades de Conservação, e a região do sul do município de Paranã é uma delas.

O ICMS Ecológico (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços)

O ICMS Ecológico foi implantado no Estado do Tocantins, por meio da Lei Estadual Nº 1.323, de 04 de abril de 2002, como um mecanismo de aprimoramento da política ambiental, com o intuito de fortalecer os municípios em sua atuação na área ambiental.

A partir deste instrumento cada município tem condições de elaborar a Política Municipal de Meio Ambiente, visando o desenvolvimento local, a qualidade de vida da população e a conservação dos recursos naturais, observando os princípios da sustentabilidade ambiental.

O município de Paranã é contemplado pelo repasse do ICMS Ecológico por desenvolver ações relacionadas aos índices que envolvem a política municipal de meio ambiente, a conservação do solo, a prevenção e o combate aos incêndios florestais, o saneamento básico e o tratamento de água e a implementação de unidades de conservação.

Duas unidades de conservação estão presentes no município de Paranã, as quais são:

- **APA Lago de Peixe/Angical;**
- **APA Lago de São Salvador do Tocantins, Paranã e Palmeirópolis**

Estas áreas de proteção ambiental (APA) abrangem 4,8% da área do município e, portanto, são consideradas no cálculo para o repasse de ICMS Ecológico.

Com a criação do **Parque Estadual Águas de Paranã** de no mínimo 100 mil hectares, o repasse do ICMS Ecológico para Paranã será de, aproximadamente, R\$68.686,08 /ano.

Mais detalhes da criação:

Área total: 111.261,41 hectares.

Número de lotes: Abrange 56 lotes, sendo 15 sem registro identificado.

Zona de entorno: atividades de pecuária e agricultura familiar no Distrito de Campo Alegre, Povoado do Mocambo e antigo vilarejo do Custódio.

Site da Semades:
www.semades.to.gov.br

Ficha Técnica:

Fotos (capa e internas): Semades e Naturatins.

Texto: Semades e Naturatins.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

BRASIL – ESCOLA. Disponível em:

<http://www.brasilecola/geografia/os-recursos-naturais.htm>. Acesso: maio/2013. WWF – Brasil. **Redução de impactos**. Disponível em:

http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/reducao_de_impactos2/amazonia/amazonia_acoes/uso_sustentavel/. Acesso: maio, 2013.

BRASIL **Lei Federal de nº 9.985, de 18/07/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC** República Federativa do Brasil, 2000.

INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS – NATURATINS ; THE NATURE CONSERVANCY – TNC. **Novas Unidades de Conservação no Sudeste do Tocantins. Parte II Justificativa Técnica – Parque Estadual Interflúvio Paranã-Tocantins**. Dezembro, 2008.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE - SEPLAN. **Estudos para Seleção das Áreas de Maior Potencial para a Conversão em Unidades de Conservação Incluindo a Realização de Estudos de Fauna e Flora Palmas**: Seplan, 2004. 206p.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DA MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA – SEPLAN. **Perfil Socioeconômico dos Municípios do Tocantins**. Seplan, 2013.

TOCANTINS. (Estado) **Lei nº 1.560 de 5/4/2005 que institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC**. Estado do Tocantins, 2005.

TOCANTINS. (Estado) **Lei nº 1.323 de 4/4/2002, que dispõe sobre os índices que compõem o cálculo da parcela e do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios**. Estado do Tocantins, 2002.

Realização:

Secretaria do
Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável



CONFIANÇA RENOVADA

Apoio:



Acordo Doação TF - 096766

Projeto GEF Cerrado Sustentável do Tocantins.